



AS DORES INVISÍVEIS DA MATERNIDADE ATÍPICA: EXPERIÊNCIAS, SOBRECARGA EMOCIONAL E RESULTADOS DE UMA PESQUISA COM MÃES NEURODIVERGENTES NO BRASIL

Izabel Cristina Feijó de Andrade¹
Annabel Cristini Feijó Peres²

Resumo: Este artigo tem o propósito de analisar as dores emocionais, sociais e familiares vivenciadas por mães neurodivergentes e mães de crianças neuroatípicas, articulando evidências empíricas e teóricas sobre sobrecarga, exaustão, ausência de apoio e os impactos do diagnóstico na vida materna. Para tanto, investigamos: (1) como essas mães descrevem suas dores; (2) quais são os principais desafios diários; (3) quais fatores sociais ampliam o sofrimento; e (4) como essas vivências dialogam com pesquisas já existentes. A pesquisa ocorreu com **77 mães**, por meio de questionários qualitativos e quantitativos. A fundamentação teórica apoia-se em estudos sobre maternidade atípica, autoestima e sobrecarga, como Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025) e Bezerra (2024), além dos dados contemporâneos das respostas maternas coletadas. As análises revelam quatro eixos centrais de sofrimento: exaustão crônica, ausência de rede de apoio (88,3%), dificuldades de orientação escolar (92,2%) e medo intenso do futuro e da autonomia dos filhos. Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas, fortalecimento comunitário e formação especializada de profissionais.

Palavras-chave: maternidade atípica; neurodiversidade; sobrecarga materna.

Abstract: This article aims to analyze the emotional, social, and familial burdens experienced by neurodivergent mothers and mothers of neuroatypical children, articulating empirical and theoretical evidence on overload, exhaustion, lack of support, and the impact of diagnosis on maternal life. To this end, we investigated: (1) how these mothers describe their struggles; (2) the main challenges they face in daily life; (3) the social factors that intensify their suffering; and (4) how these experiences align with existing research. The study involved 77 mothers and utilized both qualitative and quantitative questionnaires. The theoretical foundation draws on studies about atypical motherhood, self-esteem, and caregiver overload, such as Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025), and Bezerra (2024), in addition to contemporary data from the participants' responses. The analyses revealed four central axes of suffering: chronic exhaustion, lack of support networks (88.3%), insufficient school guidance (92.2%), and intense fear regarding the future and autonomy of their children. The findings highlight an urgent need for public policies, strengthened community support, and specialized training for professionals.

Keywords: atypical motherhood; neurodiversity; maternal overload.

¹Doutora em Educação pela PUCRS.

²Mestre pela UDESC.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de analisar as dores emocionais, sociais e estruturais vivenciadas por mães neurodivergentes e mães de crianças neuroatípicas no Brasil, identificando os fatores que contribuem para sua sobrecarga cotidiana e para o sofrimento silencioso que acompanha suas trajetórias. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: compreender as percepções maternas sobre cansaço, culpa e medo do futuro; identificar os principais desafios relacionados à aprendizagem, comportamento e autonomia dos filhos; examinar o impacto da ausência de rede de apoio; e articular esses achados com pesquisas científicas sobre maternidade atípica. A investigação utilizou metodologia **quali-quantitativa**, envolvendo um questionário aplicado a **77 mães** que compartilharam suas rotinas, desafios e experiências.

A fundamentação teórica baseia-se em estudos sobre maternagem atípica, sobrecarga e neurodiversidade, especialmente os trabalhos de Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025) e Bezerra (2024). Os resultados preliminares revelam que **54,5% das mães se sentem exaustas, 88,3% não têm rede de apoio, 92,2% não recebem orientação adequada da escola e 44,2% têm medo intenso do futuro e da autonomia dos filhos**, indicando um cenário crítico de sofrimento materno que ainda carece de visibilidade científica e social.

Escrever sobre a maternidade atípica tornou-se necessário diante da constatação de que essas mulheres carregam dores profundas que permanecem ignoradas pelas instituições, pela sociedade e, muitas vezes, até pelas próprias políticas públicas de atenção à infância. A escolha por esse tema surge tanto de uma sensibilidade social quanto da necessidade de dar voz a mães que vivem processos de luto, resignificação, resistência e solidão emocional enquanto cuidam de filhos com deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento.

O conceito de “maternidade atípica”, amplamente discutido por estudiosas como Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025), Bezerra (2024), Mannoni (1999), Badinter (1985) e Ortega (2008), revela que essas experiências maternas não se limitam ao cuidado, mas envolvem renúncias pessoais, sacrifícios silenciosos e enfrentamento diário de sistemas frágeis e incapazes de atender plenamente suas necessidades. Esses autores reforçam que o sofrimento materno não é individual, mas estrutural, resultante de expectativas sociais, sobrecarga moral e ausência de suporte comunitário.

A relevância do tema reside justamente no fato de que a maternidade atípica permanece socialmente invisível, apesar de sua expressiva incidência e dos impactos diretos na saúde física, emocional e financeira das famílias. Ao investigar esse público, torna-se possível compreender como o adoecimento materno, a culpa constante, o esgotamento mental e a solidão influenciam o desenvolvimento da criança e a dinâmica familiar. Cientificamente, o tema é estratégico porque permite o diálogo entre psicologia, neurociência, educação inclusiva, políticas públicas e estudos de gênero, demonstrando que a experiência dessas mães é atravessada por múltiplas dimensões. Socialmente, o estudo é urgente, pois oferece subsídios para ações mais humanizadas na escola, nos serviços terapêuticos e na construção de redes de apoio eficazes. Pesquisar esse grupo significa romper o silêncio histórico que recai sobre essas mulheres e legitimar suas experiências.

Apesar da crescente visibilidade da neurodiversidade, persistem graves limitações estruturais que tornam a maternidade atípica uma experiência de risco emocional. A

Revista Gepesvida

ausência de políticas públicas integradas, o escasso acolhimento institucional, o preconceito e a estigmatização continuam afetando diretamente essas mães. Muitos serviços de saúde e educação não compreendem suas necessidades singulares, gerando sobrecarga quando a mãe precisa “ensinar a escola a ensinar”, ou quando enfrenta longas filas de espera por atendimento especializado.

A realidade é agravada pela falta de apoio familiar, pelo abandono paterno, pela precarização das condições de trabalho e pela sobrecarga mental exercida sobre essas mulheres, que acumulam múltiplos papéis sem descanso. Na prática, essas limitações se manifestam em situações de exaustão crônica, desgaste emocional, perda da identidade pessoal, interrupção da carreira profissional e sentimentos constantes de inadequação e culpa. A literatura evidencia que diversas pesquisas têm buscado compreender a maternidade atípica sob ângulos complementares.

Kintope & Borges (2020) analisam a relação entre autoestima e maternidade atípica e concluem que a perda da identidade individual é uma das principais dores dessas mulheres. Vale et al. (2025) aprofundam o conceito de “cuidar solitário”, demonstrando que a ausência de rede de apoio amplia o adoecimento emocional e físico das mães. Já Bezerra (2024) evidencia como o diagnóstico de neurodiversidade provoca luto, negação e profundas mudanças na vida materna.

Autoras clássicas como Mannoni e Badinter discutem o peso histórico da culpa e das expectativas sociais sobre as mulheres, enquanto Ortega e Armstrong analisam a neurodiversidade sob uma perspectiva social e não patológica. Embora esses estudos ofereçam avanços importantes, ainda existem lacunas significativas: poucos trabalhos combinam análise teórica com dados empíricos nacionais, poucos incorporam a voz direta das mães, e há escassez de pesquisas que exploram simultaneamente os impactos emocionais, educacionais, familiares e identitários dessa maternidade. Diante dessas lacunas, este estudo propõe contribuir oferecendo uma análise ampla e integrada das experiências de mães neurodivergentes e mães de crianças atípicas, articulando dados empíricos inéditos com o debate teórico contemporâneo. Ao explorar simultaneamente as dimensões emocionais, sociais, familiares e educacionais dessas vivências, pretende-se ampliar a compreensão científica sobre a maternidade atípica, propor reflexões que fortaleçam políticas públicas e, sobretudo, dar visibilidade às dores silenciosas que estruturam a rotina dessas mulheres.

Dessa forma, este artigo avança para além das análises tradicionais e busca reconhecer a maternidade atípica como um fenômeno complexo, legítimo e profundamente humano, cuja compreensão é essencial para uma sociedade mais inclusiva e justa.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MATERNIDADE ATÍPICA

A construção social da maternidade, conforme argumenta Badinter (1985), sempre esteve ancorada em discursos de sacralização, instinto e dever moral. Isso significa que, historicamente, a mãe foi concebida como responsável natural, exclusiva e inquestionável pelo cuidado dos filhos. No caso das mães de crianças neuroatípicas, essa construção torna-se ainda mais rígida. Mannoni (1999) descreve que, durante décadas, mães foram responsabilizadas pelos quadros de neurodivergência, estigmatizadas pela teoria das “mães geladeiras”, que atribuía aos “friamentos maternos” a origem do autismo — uma visão hoje totalmente superada, mas ainda profundamente enraizada culturalmente.

Revista Gepesvida

Essa herança histórica sustenta a ideia de que o cuidado é um “destino feminino”, legitimando a sobrecarga que recai sobre as mães. Vale et al. (2025) demonstram que o **cuidar solitário** é resultado direto desse legado patriarcal, que associa maternidade à abnegação e “dom natural” da mulher. As autoras afirmam que, mesmo na contemporaneidade, a sociedade mantém expectativas irreais sobre essas mães, invisibilizando o esforço físico e emocional que elas desempenham diariamente. Essa visão histórica explica por que, na sua pesquisa, **88,3% das mães não possuem rede de apoio adequada**: ainda se presume que a mãe deve dar conta de tudo — sozinha.

Assim, compreender a genealogia da maternidade atípica ajuda a entender por que as dores relatadas pelas mães não são casos isolados, mas consequências de estruturas sociais que persistem desde o século passado.

A neurodiversidade surge, como explica Ortega (2008), como um movimento sociocultural que defende a diferença neurológica como variação humana legítima, e não como patologia. Armstrong (2010) reforça essa compreensão ao afirmar que cérebros funcionam de maneiras diversas, produzindo diferentes formas de aprendizagem, interação e comportamento — todas válidas.

Entretanto, mesmo com avanços conceituais, **o impacto familiar permanece profundo**. Bezerra (2024) demonstra que o diagnóstico de neurodiversidade frequentemente desencadeia um processo de luto materno: luto pela idealização da maternidade típica, pelo filho imaginado, pela vida prevista e pelos projetos interrompidos. Essa ruptura emocional apareceu de forma evidente na sua pesquisa: diversas mães relataram sentimentos de *culpa, impotência, medo e solidão* logo após o diagnóstico.

Além disso, a neurodiversidade demanda reorganizações intensas das rotinas familiares. Vale et al. (2025) mostram que mães passam a assumir funções múltiplas — cuidadora, terapeuta, intérprete comportamental, defensora de direitos e mediadora escolar — sem suporte institucional adequado. Esse achado é legitimado pelos seus dados: **92,2% das mães afirmam não receber orientações da escola**, o que as obriga a suprir lacunas pedagógicas que deveriam ser responsabilidade da instituição educativa.

A literatura, portanto, confirma que a neurodiversidade não afeta apenas a criança — ela reorganiza completamente a dinâmica familiar, recaindo de forma assimétrica sobre as mães.

A análise dos dados da sua pesquisa revela que a dor emocional é um dos aspectos mais marcantes da maternidade atípica. **54,5% das mães relatam sentir-se exaustas ou emocionalmente sobrecarregadas**, enquanto **80,6% afirmam não ter tempo para autocuidado**. Esses números dialogam com os achados de Kintope & Borges (2020), que identificaram que mães atípicas vivenciam queda de autoestima, perda da identidade pessoal, sobrecarga emocional e sensação de fracasso diante das demandas intensas da rotina.

O medo do futuro — relatado por **44,2% das mães** na sua pesquisa — também aparece amplamente na literatura. Segundo Vale et al. (2025), esse medo é estrutural: as mães sabem que o futuro da criança neurodivergente depende quase integralmente da qualidade das intervenções e dos direitos assegurados hoje. A insegurança sobre a autonomia da criança e a questão persistente “Quem cuidará do meu filho quando eu não estiver aqui?” aparece como uma das angústias centrais.

Além disso, Bezerra (2024) descreve um fenômeno que também emerge fortemente nos seus dados: a expectativa materna de “excelência”. Muitas mães acreditam que precisam saber atuar como psicólogas, terapeutas, professoras e mediadoras,

Revista Gepesvida

acumulando funções impossíveis de serem desempenhadas sem gerar colapso emocional. Sua pesquisa confirma isso: a maior parte das mães usa palavras como “*sempre falho*”, “*nunca é suficiente*” e “*me sinto perdida*”.

Portanto, os dados empíricos e os estudos convergem ao mostrar que as dores emocionais não são subjetivas — são consequências diretas de sobrecarga, culpa moral e falta de suporte social.

SOBRECARGA FÍSICA, MENTAL E SOCIAL

A sobrecarga materna é um dos temas mais consistentes entre as pesquisas acadêmicas e os dados do seu estudo. Vale et al. (2025) descrevem que o cuidado contínuo, intensivo e não remunerado das mães de crianças neuroatípicas provoca **adoecimento físico, emocional e psicológico** decorrente da ausência de políticas públicas e do acúmulo de funções .

Isso é confirmado de forma contundente pelos seus dados:

- **88,3% não têm rede de apoio adequada**
- **44% relatam impacto negativo direto nas relações familiares e conjugais**
- grande parte refere isolamento e afastamento social
- muitas relatam interrupção da carreira

Esses achados dialogam com a literatura. Kintope & Borges (2020) afirmam que muitas mães abandonam carreiras, estudos e planos pessoais devido às exigências de cuidado. Bezerra (2024) acrescenta que a reorganização total da rotina materna, somada ao estresse contínuo, favorece o surgimento de sintomas depressivos e ansiosos.

Além disso, o abandono paterno — discutido no estudo de Vale et al. (2025) — aparece como um fator agravante frequente. Ele não apenas reforça a sobrecarga, mas também redistribui injustamente todas as responsabilidades emocionais, logísticas e financeiras sobre a mãe. Sua pesquisa demonstra isso com clareza: muitas mães se identificam como “**guardiãs solitárias**”, expressão já presente também na literatura.

A sobrecarga, portanto, não é circunstancial — é estrutural, histórica e reforçada por falhas sociais, institucionais e familiares.

A escola é um dos espaços onde as mães mais relatam sofrimento. Em sua pesquisa:

- **92,2%** afirmam não receber orientação adequada;
- a escola é mencionada como fonte de estresse, conflitos e falta de preparo;
- muitas relatam que a escola “cobra”, mas não ensina;
- há ausência de comunicação pedagógica clara;
- faltam adaptações, mediação e formação docente.

Esses achados são amplamente legitimados pela literatura. Kintope & Borges (2020) apontam que a escola frequentemente reforça estereótipos e responsabiliza a mãe pela falta de progresso, aumentando sua autoculpabilização. Vale et al. (2025) identificam que muitas instituições não possuem estrutura para inclusão real — e, quando possuem, não garantem consistência na implementação.

Bezerra (2024) destaca que a inclusão escolar ainda é frágil e que muitas mães precisam “ensinar a escola a ensinar”, assumindo tarefas que deveriam ser da instituição. Isso explica por que tantas mães apontam a escola como motivo de ansiedade e desgaste

Revista Gepesvida

emocional.

Assim, a literatura confirma que a escola, em vez de ser uma aliada, frequentemente se torna mais um fator de sobrecarga — ampliando o sofrimento das mães.

A maternidade atípica provoca transformações profundas na identidade da mulher. Segundo Kintope & Borges (2020), mães atípicas vivenciam dissolução da identidade pessoal, passando a existir socialmente apenas como cuidadoras. Elas afirmam perder vaidade, vínculos sociais, tempo pessoal e até mesmo a noção de si enquanto sujeito — o que aparece de forma evidente em seus dados: **80,6% não têm tempo para autocuidado** e inúmeras relatam não se reconhecerem mais.

Bezerra (2024) reforça que o diagnóstico de neurodiversidade altera drasticamente o projeto de vida materno, gerando insegurança, instabilidade emocional e necessidade de constante vigilância. Somado a isso, Vale et al. (2025) mostram que a sociedade exalta essas mães como “guerreiras”, mas essa idealização serve, na prática, para encobrir sua dor e naturalizar sua sobrecarga.

Os seus dados reforçam totalmente essa literatura: palavras como *exausta*, *cansada*, *sozinha*, *perdida* e *insuficiente* aparecem com altíssima frequência. O sofrimento não é abstrato — é concreto, diário e legitimado cientificamente.

Ao integrar os resultados da sua pesquisa com os estudos acadêmicos, observa-se uma convergência robusta:

- As mães carregam **sobrecarrega emocional, física e social** (Vale et al., 2025).
- Vivenciam **queda de autoestima e perda de identidade pessoal** (Kintope & Borges, 2020).
- Enfrentam **luto, ruptura emocional e sobrecarga após o diagnóstico** (Bezerra, 2024).
- Sofrem com **falta de apoio institucional e escolar** (Kintope; Vale; Bezerra).
- Experimentam **medo constante do futuro**, confirmado tanto nos seus dados quanto nos estudos teóricos.

Essa forte articulação entre teoria e empiria legitima cientificamente os achados e reforça a necessidade urgente de políticas de apoio, acolhimento e formação profissional capazes de reduzir o sofrimento materno.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada com **77 mães de crianças neurodivergentes** permitiu identificar um conjunto consistente de padrões emocionais, sociais e relacionais que caracterizam a maternidade atípica no Brasil contemporâneo. Os resultados foram organizados em eixos temáticos que dialogam diretamente com a literatura revisada, revelando convergências entre experiência materna, sobrecarga e ausência de políticas efetivas de suporte.

Os resultados apontam para um cenário emocional crítico entre as mães participantes. Entre as 77 mulheres:

- **54,5%** declararam sentir-se *cansadas*, *exaustas* ou *sobrecarregadas* diariamente.

Revista Gepesvida

- 80,6% afirmam *raramente ou nunca ter tempo para autocuidado*.
- Os termos mais citados de forma espontânea foram: “*exausta*”, “*cansada*”, “*sozinha*”, “*perdida*”, “*impotente*”, “*sobrecarregada*”.

Esses achados reforçam o que Kintope & Borges (2020) descrevem como *erosão da identidade materna* e queda significativa da autoestima em mães atípicas, fruto da carga emocional e da idealização social da maternidade. De modo semelhante, Bezerra (2024) observa que, após o diagnóstico da criança, muitas mães vivenciam uma espécie de luto emocional, seguido de intenso esgotamento psicológico — fenômeno igualmente presente nas respostas da pesquisa.

Um dos resultados mais contundentes do levantamento é a fragilidade das redes de apoio:

- 88,3% das mães não possuem rede de apoio adequada, sendo que:
 - 42,9% não têm apoio algum,
 - 45,5% têm apenas apoio parcial.

Esse dado se alinha aos achados de Vale et al. (2025), que descrevem o fenômeno do “**cuidar solitário**”, no qual a mãe assume responsabilidades integralmente devido à ausência de suporte familiar, social e governamental. A pesquisa confirma que o cuidado é, de fato, estruturado como uma tarefa individualizada e feminina — reforçando desigualdades históricas apontadas pela literatura feminista e pelos estudos de maternidade atípica.

As mães relataram ainda isolamento social crescente, dificuldade em manter vínculos de amizade e redução drástica de atividades de lazer, o que aprofunda o ciclo de sobrecarga emocional. Muitos depoimentos destacam frases como “*não tenho com quem deixar meu filho*”, “*ninguém me ajuda*” e “*carrego tudo sozinha*”, reforçando a precariedade das redes de suporte.

Quando questionadas sobre os maiores desafios enfrentados na rotina com seus filhos, as mães indicaram os seguintes eixos:

1. Aprendizagem e alfabetização – 27,3%
2. Comunicação e linguagem – 23,4%
3. Comportamento e regulação emocional – 18,2%
4. Rotina e organização – 14,3%
5. Autonomia e vida diária – 9,1%

Essas áreas coincidem com as dificuldades citadas por Bezerra (2024), que destaca que o desenvolvimento atípico exige estratégias pedagógicas específicas, manejo emocional contínuo e comunicação adaptada — desafios que recaem, majoritariamente, sobre as mães quando há ausência de suporte institucional.

Muitas mães relataram, em respostas abertas, não saber “por onde começar” na alfabetização, como interpretar comportamentos e como organizar rotinas estruturadas. Esses relatos dialogam com a literatura que mostra que mães atípicas frequentemente se sentem despreparadas diante da complexidade das demandas neurodiversas (Kintope & Borges, 2020).

A escola emergiu como um dos contextos mais desafiadores:

- 92,2% das mães afirmam não receber orientação adequada da escola.
- Muitas relatam que a instituição:
 - não adapta atividades,
 - não explica estratégias pedagógicas,
 - não informa sobre progresso ou dificuldades,

Revista Gepesvida

- responsabiliza a família quando a criança não acompanha o ritmo.

Essa tensão confirma os achados de Vale et al. (2025), que identificam a escola como local de conflito e desgaste materno, principalmente quando não há formação docente para lidar com a neurodiversidade. Também converge com Kintope & Borges (2020), que mostram que o ambiente escolar tende a reforçar sentimentos de incompetência e culpa nas mães, ao invés de se configurar como um espaço de suporte.

A percepção geral das participantes é que a escola, em vez de atuar como parceira, frequentemente se torna mais uma fonte de cobrança e estresse.

O medo em relação ao futuro dos filhos aparece de maneira alarmante na pesquisa:

- 44,2% das mães apontam o futuro e a autonomia do filho como sua maior preocupação.

A frase mais recorrente nas respostas espontâneas foi: **“Quem vai cuidar dele quando eu não estiver aqui?”**

Esse medo é amplamente discutido na literatura. Vale et al. (2025) destacam que a incerteza quanto ao futuro é uma das maiores fontes de sofrimento na maternidade atípica, pois a autonomia da criança depende de fatores socioeconômicos, acessos terapêuticos e inclusão — todos desigualmente distribuídos no Brasil. Bezerra (2024) complementa que esse medo se intensifica quando a mãe percebe que, sem rede de apoio e diante da insuficiência institucional, ela é a única responsável pela garantia do bem-estar da criança.

Assim, o medo materno não é apenas emocional — é um reflexo da precariedade das políticas públicas e do abandono estrutural vivido por essas famílias.

A pesquisa também revela que:

- **44% relataram impacto negativo direto na vida familiar**, incluindo conflitos conjugais, afastamento entre irmãos e tensão permanente em casa.
- Muitas mães relataram perda de intimidade e diálogo com o parceiro.
- Outras indicaram que a família extensa “não entende”, “não ajuda”, ou “julga”.

Esses achados se alinham a estudos sobre sobrecarga materna e desgaste familiar descritos por Vale et al. (2025), que mostram que mães cuidadoras têm maior risco de adoecimento psicológico e redução de vínculos sociais. Kintope & Borges (2020) também demonstram que o isolamento emocional é um fator recorrente nessas famílias e que ele impacta diretamente a autoestima e a saúde mental materna.

A análise dos dados revela um padrão consistente entre experiência e sofrimento:

- exaustão emocional crônica,
- sobrecarga física e mental,
- ausência quase total de rede de apoio,
- relações escolares frágeis ou conflituosas,
- sensação de despreparo,
- medo intenso do futuro,
- perda da identidade e culpa materna,
- isolamento social e familiar.

Esses achados convergem de forma contundente com os estudos de Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025) e Bezerra (2024), demonstrando que o sofrimento materno é **sistêmico, estrutural e legitimado cientificamente**, e não fruto de experiências isoladas ou subjetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a maternidade atípica no Brasil é atravessada por dores profundas, estruturais e historicamente construídas, que ultrapassam o âmbito individual e revelam um cenário de negligência social, institucional e estatal. A análise das respostas de 77 mães, articulada à literatura contemporânea, demonstrou que o sofrimento materno não é fruto de fragilidade pessoal ou de incapacidade, mas sim de uma sobrecarga sistematicamente produzida e sustentada pela ausência de rede de apoio, pela precariedade das políticas públicas, pela falta de formação das instituições educativas e pelo imaginário social que romantiza a abnegação feminina.

Constatou-se que a exaustão emocional, a perda da identidade, a culpa persistente e o medo do futuro são elementos presentes na maioria dos relatos maternos — fenômenos também descritos por Kintope & Borges (2020), Vale et al. (2025) e Bezerra (2024), confirmando que essas vivências são comuns, recorrentes e legitimadas cientificamente. Essas dores emergem tanto da rotina intensa de cuidados quanto da necessidade de ocupar múltiplos papéis — cuidadora, mãe, professora, mediadora, gestora da rotina, interprete das emoções da criança — em um contexto social que oferece pouco suporte e muita cobrança.

Os dados ainda revelam uma preocupação urgente: a autonomia futura da criança. O medo da solidão e da vulnerabilidade dos filhos quando a mãe não estiver mais presente é uma das respostas emocionais mais intensas e recorrentes. Essa angústia reflete a fragilidade das garantias sociais e a ausência de políticas eficazes que assegurem inclusão, autonomia e proteção a pessoas neurodivergentes ao longo da vida.

No âmbito escolar, identificou-se que a instituição, que deveria garantir mediação pedagógica e apoio adaptado, frequentemente se torna mais um fator de sofrimento. Com 92,2% das mães relatando falta de orientação e comunicação adequada, torna-se evidente que a educação inclusiva ainda opera de forma frágil, desigual e distante da legislação vigente. Esse descompasso amplia a responsabilização materna e contribui para o esgotamento constatado neste estudo.

Diante desse cenário, é imprescindível reconhecer que a maternidade atípica não pode continuar sendo tratada como uma experiência privada ou como mera responsabilidade moral das famílias — e muito menos das mães. As evidências indicam a necessidade urgente de ações integradas que:

1. fortaleçam políticas públicas de cuidado, inclusão e acompanhamento terapêutico;
2. promovam formações consistentes para profissionais da educação e da saúde;
3. criem redes comunitárias de apoio real e contínuo;
4. valorizem e legitimem a voz dessas mães, que conhecem profundamente as necessidades de seus filhos;
5. construam práticas institucionais e sociais que reconheçam e aliviem a sobrecarga materna.

Por fim, conclui-se que compreender a maternidade atípica é fundamental não apenas para garantir o bem-estar das mães, mas também para assegurar o desenvolvimento pleno das crianças neurodivergentes. Ao iluminar suas dores, suas forças e suas necessidades, este estudo contribui para romper o silêncio histórico que recai sobre essas mulheres e reafirma que uma sociedade verdadeiramente inclusiva começa

Revista Gepesvida

pelo reconhecimento profundo de quem sustenta, diariamente, a infância neurodiversa: as mães. Assim, que este artigo sirva como convite à responsabilidade compartilhada, à construção de redes de apoio e à urgente humanização das práticas sociais e institucionais voltadas às famílias atípicas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M.; BARBOSA, L.; GOMES, C. Histórico da neurodiversidade e impactos sociais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2021.

ARMSTRONG, Thomas. *Neurodiversity: discovering the extraordinary gifts of autism, ADHD, dyslexia, and other brain differences*. New York: Da Capo Press, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEZERRA, Clara de Oliveira. *Maternidade e neurodiversidade: um relato de experiência sobre os desafios frente ao diagnóstico*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) — Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre acompanhamento integral de pessoas com TDAH no âmbito escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2021.

EDUSER. Dossiê “A Mãe Atípica”: análise psicográfica e comportamental das participantes. Documento técnico interno. 2025.

EDUSER. Dossiê completo – Pesquisa com mães: análise estratégica e achados quantitativos e qualitativos. Documento técnico interno. 2025.

FALCÃO, P. et al. Desafios da família no cuidado de crianças neurodivergentes. *Revista Psicologia & Saúde*, 2023.

KINTOPE, Luciana Oliveira; BORGES, Raquel Silva. Empoderando mães atípicas: um estudo de campo sobre a importância da autoestima na maternidade atípica. *Journal of Media Critiques*, v. 6, n. 18, p. 21–36, 2020.

MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Revista Gepesvida

MINETTO, M.; LÖHR, S. Desenvolvimento atípico e impactos no cotidiano familiar. *Revista Educação Especial*, 2016.

NIETSCHE, A. Asperger, autodefesa e o nascimento político da neurodiversidade. *Revista Estudos da Diferença*, 2011.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade: novas formas de subjetivação contemporânea. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 3, p. 699–709, 2008.
POLLAK, D. *The Siege: a mother's journey into autism*. Nova York: Beacon Press, 2003.

REIS, L. Inclusão escolar e práticas docentes com alunos neuroatípicos. *Revista Educação e Fronteiras*, 2016.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a problem with no name to the emergence of a new category of difference. In: DAVIS, Lennard (Ed.). *The disability studies reader*. New York: Routledge, 1999.

TIRELLI, B. et al. Crianças neurodivergentes e diagnóstico precoce no Brasil. *Revista de Neuropsicologia Clínica*, 2021.

VALE, Michelle de Souza et al. O cuidar solitário: desafios enfrentados por mães cuidadoras de crianças com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. *Revista Foco*, v. 18, n. 6, p. 1–22, 2025.